

Comentários

CAXIAS E A DOCTRINA MILITAR TERRESTRE BRASILEIRA

Cláudio Moreira Bento*

O Coronel Amerino Raposo Filho, em *Caxias e os problemas militares brasileiros* (Rio, SGeEx, 1969. v. 1- série subsídios doutrinários) intitulou de *Caxias inspirador de nossa doutrina militar* o capítulo VI. Nele o coronel destacou e demonstrou a notável visão estratégica de Caxias e sua capacidade de adaptação, ao realizar, durante a sua vida, operações militares completamente diversas e em teatros de operações distintos: inicialmente, foram os *raids* audaciosos para conter as revoluções em São Paulo e Minas Gerais; depois o apelo à guerrilha legal, para combater as guerrilhas balaia, no Maranhão, e farrapa, no Rio

Grande do Sul; e finalmente, no Paraguai, as manobras de flanco de Humaitá e Piquiciri, essa última culminando em cerco.

Vale lembrar que, na Guerra de 1851-52, empreendimento militar que liderou, Caxias adotou uma estrutura operacional e logística que deu excelentes resultados. Como Ministro da Guerra (1856), ele a transplantou no Exército, o que veio a constituir profunda reforma administrativa caracterizada pela criação das figuras do Ajudante General¹ do comando das Armas da Corte e da figura do Quartel-Mestre-General, encarregado da logística, diretamente a ele subordinados.

Na segunda vez que assumiu o Ministério da Guerra (1861), apoiado na imensa experiência operacional que colheira, adotou, com adaptações às realidades operacionais sul-ameri-

canas vivenciadas, as *Ordemanças de Portugal* para as armas, até que se dispusesse, como declarou, de uma doutrina específica genuinamente nossa.

Para o autor atrás citado, a manobra de flanco do Piquiciri seria ímpar na História Militar Universal. Foi de concepção audaciosa, aliada à rapidez e à surpresa da sua execução que culminou com o cerco de todo o Exército adversário na frente secundária de fixação. O adversário foi batido quando intentava a fuga, e não a uma retirada. Caxias teria sido, assim, pioneiro em manobra de cerco.²

Para o Coronel Amerino as atuações operacionais de Caxias estariam a sugerir uma doutrina militar fundamentada na *segurança*, tática e estratégica em todas as direções. Sua não observância pelo adversário, resultou para este em derrota, na Dezembroada.

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior, Presidente da AHMTB.

¹ Na realidade, o comandante do Exército, que passou a comandar, indiretamente, os comandos de Armas.

² Vale lembrar que foi ela um exemplo de *risco calculado*, em que Caxias sacrificou o princípio de guerra *segurança*, em benefício da *surpresa*, que ele obteve, em nível estratégico.

Para Amerino, Caxias não foi um teórico mas essencialmente prático em relação à Arte e Ciência Militar. Segundo o Marechal Castello Branco, ele possuía, em alto grau, *o senso do praticável e a convicção de que a Arte Militar é toda execução.*

Desse modo, Caxias teria escrito as bases da nossa doutrina militar terrestre com a ponta da sua espada e no campo de batalha, tal como o fizeram Frederico, o Grande, Napoleão, Suvorow e Sherman.

Amerino Raposo sugeriu, aos profissionais com responsabilidade na formulação da doutrina militar terrestre brasileira, que mergulhassem no estudo crítico de nossas guerras internas e externas, para delas emergir aquilo que orientaria o novo comportamento, no sentido do que deveria animar a nossa Força Terrestre e, em consequência, ajudar a caracterizar a guerra a ser conduzida nos diversos teatros de operações do País e da América do Sul. Quando alguém pediu, à Missão Militar Francesa, logo que aqui chegou, que nos ensinasse tática e estratégia, os franceses informaram que ambas estavam embutidas na Histó-

ria Militar Terrestre Brasileira, de onde deveriam ser resgatadas com o estudo crítico à luz dos fundamentos da Arte Militar, a arte do Soldado. A partir daí, vários oficiais mergulharam nos estudos assim aconselhados, e deles saiu, como exemplo eloqüente, o General Augusto Tasso Fragoso, com suas obras *a Batalha do Passo do Rosário e A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*, que o fizeram o *Pai da História Militar Crítica em nosso Exército.*

O Coronel Amerino sugeriu doutrinas táticas terrestres com apoio nas atuações de Caxias. E explicou: *Doutrina com intensa solicitação à surpresa, à audácia, à rapidez de movimentos; às manobras flexíveis, com estruturas leves e aptas a viver em grandes espaços, isoladas e, até à própria sorte. Doutrina que responda às peculiaridades de nossos teatros de operações, de nosso potencial humano e de nossas possibilidades econômico-industriais.*

O que sugeriu pode ser facilmente identificado na expulsão de feitorias européias no Baixo Amazonas e afluentes, na luta de trinta

anos contra os holandeses na Bahia e em Pernambuco e na luta contra invasões espanholas no sul (1763-77). Nelas desenvolveu-se uma doutrina militar terrestre genuína denominada, na Europa, de *guerra brasileira* e, no Rio Grande do Sul, de *guerra à gaúcha.*

Com apoio na guerrilha, a estratégia do fraco contra o forte, esse tipo de guerra teria sido apropriado por Caxias, na Revolução Farroupilha, ao entregar a condução das operações, no campo tático, a dois *experts* nessa maneira de guerrear. Vale lembrar que, na pacificação do Maranhão (1838), Caxias usou a guerrilha para combater a guerrilha balaia, ação que mais tarde inspirou comandos paraguaios para a solução de problema semelhantes.

Mais tarde, na luta pela independência do Acre, o gaúcho Plácido de Castro desenvolveu também uma doutrina militar genuína para enfrentar os bolivianos, apropriando-se de muito da *guerra à gaúcha* que praticara na Guerra Civil 1893-95 no sul, como major federalista.

Doutrinas com essas características e inspiração, citadas por Amerino Raposo

e com os precedentes históricos que apontamos, seguramente podem e devem ser implementadas para a defesa preventiva da Amazônia Brasileira. Aumentaria, em muito, a capacidade dissuasória das forças terrestres encarregadas de sua defesa, contra tentativas várias que possam pôr em risco a integridade, a unidade e a soberania do Brasil na área, no insondável Terceiro Milênio.

Sobre a defesa da Amazônia leia-se o valioso artigo do Tenente-Coronel Luiz Alberto Bringuel, *A Estratégia da Lassidão*, que responde às nossas reflexões e considerações aqui feitas e do qual tomamos conhecimento depois de havermos escrito esta parte. Ensina-nos o Tenente-Coronel Bringuel:

Lassidão é a estratégia do fraco que valendo-se de alguns fatores a seu favor, reage no campo militar, evitando um engajamento decisivo contra uma esmagadora superioridade militar, impondo-lhe o máximo desgaste e enfraquecendo-lhe assim, a vontade de combater, visando obter na opinião pública do adversário forte pressão sobre o seu Congresso no sentido de suspender as ações armadas.

E a guerra *brasílica* e a guerra *à gaúcha* tiveram características de *lassidão* que encontram suas raízes no pensamento militar português, com base na política de *dilatar a fé católica e o Império de Portugal* pelo mundo. Embora um país minúsculo territorialmente, conseguiu se impor e manter importantes territórios nos quatro cantos do mundo, inclusive o Brasil, por 322. Eis o seu pensamento, na feliz interpretação do General Paula Cidade: *Julgada a causa justa, buscar a proteção divina e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios.*

Dessa forma, eles conquistaram e mantiveram a Amazônia inviolável de 1640 a 1822.

O Coronel J.B. Magalhães, assinalado pensador militar e biográfico do General Osório, ao prefaciá-lo trabalho focalizado do Coronel Amerino, assim viu o valor, para o presente e o futuro do Exército, do aproveitamento crítico da história das Forças Terrestres Brasileiras, como força operacional com experiências guerreiras expressivamente vitoriosas:

Tudo o que existe deriva do que existiu antes. E

é isto que dá valor positivo aos registros da História, permitindo fazer-se uma filosofia capaz de orientar com acerto as atividades humanas. E, analisando como atuaram em bem do progresso as elites de ontem, é que as elites de hoje e do amanhã poderão produzir eficazmente, consideradas as modificações ambientais.

Sobre Caxias, ele assim interpretou-lhe a projeção como chefe militar:

Caxias foi chefe militar de escol. Atuou em época de acentuadas transformações nos mecanismos da guerra. Soube utilizar os meios de que dispunha, dando-lhes uma orientação apropriada ao seu maior rendimento.

Caxias teve à sua disposição, e empregou, os meios que a descoberta da máquina a vapor, que gerou a Revolução Industrial, produziram: navios de guerra a vapor; telégrafo; balões cativos, importados do Exército do Norte do EUA e empregada nos reconhecimentos para flanquear Humaitá; linha férrea, construída e operada por nossa Marinha, para apoiar unidades navais que operaram no Rio Paraguai entre duas

fortalezas inimigas e munição e armamentos abundantes, produzidos industrialmente e não mais artesanalmente.

Caxias, como Ministro da Guerra, lançou também as bases da Doutrina Militar Terrestre Brasileira, no tocante à regulamentação da disciplina, da justiça militar e dos serviços gerais. Desde então, novidades têm, como base de partida, os regulamentos específicos que baixou em 1856, 1862 e 1875.

AMAZÔNIA, MÍDIA E DESINFORMAÇÃO

*Osmar José
de Barros Ribeiro**

Segundo Raymond Aron, *a Guerra é im-
provável, mas a Paz
é impossível*. Para
Morgenthau, *todo poder,
militar ou não, serve ao pro-
pósito único de modificar a
vontade de outra nação*. Sir
F. Howard, quando Deão da
Universidade de Londres, por
seu turno, pontificava que *o
desejo, a aquisição e o exercí-
cio do poder são a matéria-
prima da política, tanto naci-*

*onal quanto internacional. As
relações internacionais serão,
sempre, um delicado ajusta-
mento de poder a poder, um
mútuo explorar de intenções
e de capacidades, buscando e
preservando um senso de or-
dem que, embora não satisfa-
ça a ninguém, seja tolerável
para todos*.

À luz do anteriormente afirmado, é lícito que nos preocupemos com a situação da Amazônia brasileira, principalmente após o surgimento de uma Nova Ordem Internacional capitaneada pelos 7G, que atuam como uma polícia internacional, com ou sem a anuência da ONU. Daí, não poucos concluírem, à luz dos exemplos do Iraque e da Iugoslávia, da nossa incapacidade em fazer face a eventual agressão partida de uma grande potência e da convivência de desarmarmos-nos e de nos colocarmos sob a proteção do *guarda-chuva* de uma organização internacional, seja ela a ONU ou a OEA, tal como proposto pelo norte-americano MacNamara. Se, hipoteticamente, nos faltam aquelas condições para resistir a um ataque em força das grandes potências (e isso ninguém tem condições de provar), devemos estar lembrados de que não habitamos um con-

tinente distante de conflitos. Estão aí, recentes, as disputas fronteiriças entre o Equador e o Peru bem como entre a Colômbia e a Venezuela, a inquietação política no Equador, na Bolívia e no Paraguai, sem contar o problema das drogas na fronteira com a Colômbia o qual, em mais de uma ocasião, levou-nos a atuar em força para manter nossas fronteiras livres da atuação dos narcoguerrilheiros. A isto, somem-se as pressões internacionais que buscam limitar a nossa soberania sobre áreas de baixa ocupação demográfica, mas ricas em minérios e em biodiversidade, buscando, hipocritamente e com o auxílio de maus brasileiros, a criação, manutenção e eventual independência de vastos espaços reservados aos índios na faixa de fronteira norte.

A bem da verdade, as preocupações com as nossas fronteiras norte sempre existiram e, com o passar dos anos acentuaram-se, não só entre os militares mas também um sem-número de pessoas, incluindo historiadores, geógrafos e vultos políticos dos estados amazônicos. A mais recente mostra dos cuidados governamentais em relação à Amazônia brasileira teve lugar no governo

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

Sarney, com o lançamento do Projeto Calha Norte. Não obstante, o governo Collor marcou a capitulação às pressões político-econômicas do presidente norte-americano George Bush, resultando no desvirtuamento e abandono do referido Projeto, além de outras concessões às quais seria fastidioso enumerar. Os governantes que se seguiram pouco ou nada fizeram para corrigir os erros praticados, enquanto cresciam, e crescem, as pressões diretas e indiretas de países estrangeiros e de Organizações Não-Governamentais, no que respeita às áreas indígenas e a problemas outros que somente a nós, brasileiros, dizem respeito.

De toda sorte, não pode ser esquecido que o preparo da opinião pública é de fundamental importância para que possamos conservar e desenvolver a Amazônia. Enquanto no exterior interesses escusos promovem a orquestração de inverdades científicas e acusações as mais absurdas, predispondo contra nós a opinião pública internacional, nossos próprios meios de comunicação procedem, com raríssimas e honrosas exceções, de igual forma para com o público nacional. E o apoio da opinião pública, há que ser reconhe-

cido, é fundamental, indispensável mesmo, para que o Estado anime-se a buscar corrigir nossas notórias fragilidades estratégicas na área.

Torna-se necessário e urgente atentarmos para o fato de estarmos em guerra, uma guerra não declarada mas que é travada nos gabinetes das autoridades e na *mídia*, entendida esta como o somatório dos meios de comunicação, da imprensa à Internet. Seu objetivo, de resto não declarado, é influir nas nossas políticas e estratégias e envolve o mundo político, a burocracia governamental, a imprensa, os empresários, os sindicatos, os representantes das diferentes confissões religiosas etc., tudo conformando um vasto e confuso universo de interesses. Trata-se de uma guerra na qual é feito largo emprego da *propaganda* em suas diferentes formas, abrangendo um vasto conjunto de atividades da mais vital importância para a condução da política externa, muito particularmente aquela de interesse das grandes potências.

Devemos entender que existem dois tipos básicos de *inteligência*: o primeiro e mais comum, é a busca de dados quanto aos mais diversos aspectos da realidade de

um adversário real ou potencial, buscando determinar seus pontos fortes e fracos, seus planejamentos e, se possível, suas reais intenções nas diferentes expressões do poder. O segundo, conduzido de forma solerte, *faz largo uso dos diferentes meios de comunicação social*.

É de todos conhecido que os centros de pesquisa das principais nações do mundo, em especial nos EUA, de há muito desenvolvem um sem-número de trabalhos que dizem respeito ao caráter e ao papel exercido pela *propaganda* no mundo moderno. Sua importância resulta do fato de os meios de comunicação social desempenharem um papel de singular relevo por representarem a possibilidade de, devida e convenientemente explorados, constituírem-se em ativa força política. Nem por outra razão a *mídia* vem sendo o alvo preferido de campanhas internacionais que, através dela, usando os mais diversos artifícios de *desinformação*. Esta, pode ser definida como propaganda mentirosa, mensagem falsa cuidadosamente construída e deixada vazar para o sistema de comunicações do adversário a fim de iludir sua elite decisória e/ou o públi-

co. Ela pode ter caráter político, econômico, militar, psicossocial ou mesmo técnico-científico e deve, ao menos parcialmente, corresponder à realidade ou a opiniões comumente aceitas pois, sem um razoável grau de plausibilidade, dificilmente terá credibilidade junto ao alvo. Afinal, cumpre salientar, o engano, a fraude, o embuste são características marcantes da *desinformação* e de fácil execução quando dirigidas contra alguém que esteja preparado para ser enganado.

Entre nações com interesses diversos, notadamente quando movidas por sonhos de dominação mundial, é normal a utilização de técnicas que intensifiquem o amor-próprio dos seus respectivos povos, enquanto minam a força e o moral dos oponentes em potencial. E seu sucesso será tanto maior quanto maiores forem as divergências dentro dos escalões governamentais e entre estes e a opinião pública dos países tomados como alvo. Busca-se, ao fim e ao cabo, desmoralizar todo um povo, tornando-o descrente dos seus líderes e, paralelamente, enfraquecer as estruturas legais do país, muito particularmente através da corrup-

ção desenfreada. Acredita-se e a História tem provado ser isto verdade, que ao longo do tempo uma ponderável massa de *propaganda* e de *desinformação*, poderá ser de grande valia para fazê-lo.

A *mídia* internacional é dominada pelos interesses do poder Econômico Mundial e este está firmemente decidido a conformar e formar a opinião pública mundial na direção dos seus interesses. Convém, por pertinente, assinalar que nos EUA apenas três grupos empresariais dominam 90% das comunicações e a nossa mídia, deles dependente para a obtenção de notícias, aceita servilmente as imposições que lhe são feitas.

Apenas um exemplo: passa-se aos usuários a idéia (difundida pelos grandes grupos internacionais) de que o Brasil está desmatando e queimando a floresta amazônica além de massacrando sem piedade a população indígena. Em consequência, os brasileiros não possuímos o mínimo de condições para integrar e desenvolver a Amazônia, tarefa a ser tomada pelas nações desenvolvidas (as mesmas que destruíram povos e nações nas Améri-

cas do Norte e Central, além da África e sujeitaram, com guante de ferro, não poucas nações asiáticas).

E a nossa mídia, servilmente, não provoca nem dá guarida a discussões quanto ao perigo de internacionalização da Amazônia, enquanto difunde as inverdades e as meias-verdades que nos chegam do exterior. Por outro lado a quinta-coluna, infiltrada na mídia, procura mostrar-nos como um povo sem história e sem heróis. Em data recente, o jornal *O Globo*, sabe-se lá baseado em que dados históricos afirmou, em seu *Caderno Dever de Casa*, que *desde Tiradentes até a Guerra dos Farrapos as revoltas populares foram reprimidas. Por haver massacrado rebeldes de norte a sul do Brasil, o herói Luiz Alves de Lima e Silva foi premiado com o título de barão e depois duque. Ele é patrono do Exército Brasileiro.* Com tais idéias, mina-se o sentimento de auto-estima, o nacionalismo, a identidade nacional, nossas perspectivas históricas, a identidade e a própria coesão nacional.

O General Lessa, ex-comandante militar da Amazônia, na sua cruzada em prol da Amazônia, vem

ênfatizando que a *globalização trouxe, por parte das grandes potências, a desconsideração dos princípios de soberania e autodeterminação dos povos sempre que em jogo, no entender delas, a proteção dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente e o combate ao crime organizado*. Dessa forma, com o apoio da mídia internacional e a cumplicidade da nossa, a opinião pública vem sendo convencida da validade de interferências indevidas nas nações mais fracas. E a prova maior da hipocrisia dessa tese absurda está em que nem mesmo os EUA, com todo o seu potencial bélico, aventurou-se a intervir na Chechênia (malgrado a grita da imprensa) e muito menos na China, onde os celeberrimos *direitos humanos* são constantemente pisoteados.

Nosso Governo parte do princípio de que *a defesa da soberania na Amazônia repousa no seu desenvolvimento sustentável e, segundo Samuel Benchimol, tal desenvolvimento assenta-se sobre quatro pilares, quais sejam: ser economicamente viável, ecologicamente adequado, politicamente equilibrado e socialmente justo*.

Este o nosso desafio maior e, para vencê-lo, é imperativa a coordenação dos esforços dos diferentes órgãos governamentais os quais, até hoje, mais por interesses políticos que quaisquer outras causas, vêm-se mostrando descontínuos, discordantes e, não poucas vezes, conflitantes. Já existem brasileiros, muitos deles em altos cargos e funções, que acreditam ser a *Amazônia patrimônio da humanidade*, afirmação que ofende nosso brio e nosso patriotismo pois ela é e será sempre brasileira.

O ESTADO-NAÇÃO

*Manuel Cambeses Júnior**

O Estado-nação não está desaparecendo em nenhuma parte e nem existem sinais evidentes de que isto possa ocorrer. O Estado-nação não é uma ilusão cartográfica e nem tampouco um ponto localizado no mapa-múndi. É algo mais do que isso. É uma entidade histórica que encarna princípios de unificação coletiva e cultural, de iden-

tidade e de direitos de povos diversificados pela raça, pela cultura ou pela geografia e que integram a grande diversidade do mundo.

O Estado-nação tem que representar os interesses coletivos dos povos e de atuar como um sujeito ativo da interlocução internacional. Quanto mais ativa seja a *globalização* e quanto mais dinâmicas sejam as comunicações e as relações econômicas e financeiras, maior papel terá que representar o Estado, porque a debilidade deste acarretaria muito dano ao desenvolvimento que se anuncia com as perspectivas do mundo globalizado.

Para que exista um mercado global é preciso que, concomitantemente, atuem e sejam muito vigorosas as atuações dos Estados nacionais. Na ordem interna dos países não é viável que possa haver mercados fortes sem Estados eficientes e politicamente idôneos.

A confusão se apoia, fundamentalmente, em algumas experiências contemporâneas que mostram que as empresas ou serviços manejados pelos Estados nacionais geralmente são ineficientes. E ainda que isto não se constitua em

* Coronel Aviador. Do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

uma regra absoluta - porque constata-se notáveis exceções - é, entretanto, uma realidade inegável em grande parte do mundo.

Portanto, o que se deve pretender não é o aniquilamento do Estado e sim a correção de suas imperfeições e uma maior precisão na seleção de seus objetivos. Não se pode sobrecarregar a atividade do Estado com empresas que seriam mais eficientes se operadas pelo setor privado. A um Estado capaz corresponde um setor privado produtivo e moralmente respeitável. Nos países onde se verifica insuficiência do Estado, geralmente também é possível comprovar a inépcia do setor privado. Todo o complexo fenômeno da corrupção, hoje tão debatido, forma parte de uma inter-relação muito ativa entre estes dois atores. Onde existe corrupção nos Estados ou nos governos, geralmente constata-se, em contrapartida, ocorrências delituosas no setor privado.

Também é possível assinalar casos em que a ineficácia do Estado corre paralelamente à incompetência do setor privado.

O Estado deve livrar-se daquilo que não lhe corres-

ponde, não por uma razão ideológica mas sim por uma necessidade prática. Isto é importante enfatizar porque existem aqueles que tomam o tema da privatização com ímpeto dogmático.

Uma outra consideração se refere à relação do Estado com o mercado. A primeira meta é o crescimento social e econômico. Que as pessoas possam ganhar e obter êxito, que se empreendam atividades produtivas e que não se encontre obstáculos desnecessários a cada passo no caminho. Para isso é indispensável a liberdade econômica, o livre movimento dos mercados e um manto de proteção jurídica para que as operações possam ser realizadas com segurança e solidez. Não é um pecado que as pessoas acalentem um sonho de riqueza e prosperidade. O que seria imperdoável é que se obstaculizem as possibilidades do êxito individual e organizacional e com isso se gere maior pobreza e atraso.

Um Estado eficiente e um amplo mercado, vigoroso e livre. Porém, aqui surge outra consideração. E tudo isto a quem deve favorecer? Alguns tecnocratas vêm pre-

gando que o desenvolvimento econômico traz, automaticamente, o benefício social e a liberdade política. Isto não é verdade. E mais: geralmente é falso. Substituir o Estado por oligopólios não é precisamente uma vantagem social. Permutar o Estado pelo benefício de setores privilegiados não é um atrativo nem para o desenvolvimento nem para a atividade política. As reformas econômicas que favoreçam o mercado, para que beneficiem as pessoas, têm que estar acompanhadas de reformas políticas que permitam à sociedade vigiar a conduta de seus governos, pedir contas da ação dos governantes e estabelecer responsabilidades. Sem uma responsabilidade política e sem uma opinião pública ativa, com todos os instrumentos de influência da democracia, nem o Estado será eficiente, nem o mercado será livre e produtivo, nem tampouco a sociedade obterá os rendimentos que deverá receber dos progressos que se anunciam.

O poder negociador de um Estado vigoroso e forte é imprescindível para defender o interesse nacional nas negociações que requer o processo de globalização. ●